

MEMÓRIA OPERÁRIA, GREVE E SINDICATO

Ricardo Cordeiro de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Neste texto procuro divulgar notícias da pesquisa que desenvolvo para a linha Memória e Espaço, do programa de Mestrado Memória Social e Documento da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Pretendo refletir aqui sobre a conexão entre o movimento grevista deflagrado no ano de 1979 pelos trabalhadores da construção civil da cidade de Belo Horizonte e a constituição de mudanças no sindicato da categoria. Para isso, recorri à fala de dois ex-grevistas que, atualmente, são diretores do órgão de classe.

A abordagem principal foi a história oral. Ela proporcionou elementos para compreender os modos como os entrevistados constroem suas representações. Como efetuam seu trabalho de memória quando se referem às práticas sindicais no momento da manifestação grevista? Quais são suas considerações sobre a atuação sindical naquele período? Quais foram as modificações efetivadas em relação à gestão anterior?

As entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2004 na sede do sindicato, que se localiza no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte. Além disso, as anotações que recolhi durante as visitas ao sindicato e nas conversas preliminares com os entrevistados também foram assinaladas.

Em primeiro lugar, antes de entrar no objetivo proposto, é importante o desenvolvimento de breves considerações sobre contexto histórico de 1979 a fim de que auxiliem na compreensão do desenrolar do texto.

CONTEXTO HISTÓRICO

A greve dos trabalhadores da construção civil, do ponto de vista histórico, está situada na conjuntura brasileira do triênio 1978-80. Nesse período, tivemos o ressurgimento da mobilização das massas trabalhadoras brasileiras¹ que, por meio da atividade grevista,² lutavam contra a "superexploração" do arrocho salarial e o aumento do desemprego, provocados pelo esgotamento da política econômica (milagre brasileiro) da ditadura militar.

O MILAGRE ECONÔMICO E MINAS GERAIS

Em termos regionais, na década de 1970, tivemos, no estado de Minas Gerais uma versão regional do "milagre brasileiro". A estrutura produtiva mineira sofreu profundas transformações, promovendo um significativo crescimento econômico. Por intermédio de uma política de incentivos fiscais e infra-estruturais, o governo estadual transforma o estado num excelente local para o capital internacional. A montadora Fiat instala-se no novo distrito industrial de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte; uma nova indústria siderúrgica (Açominas) é inaugurada. Essas transformações modificam o perfil dos trabalhadores mineiros, e novos segmentos são formados, por exemplo, os metalúrgicos.

Estes foram responsáveis pelas primeiras paralisações no estado, no ano de 1978, em João Monlevade e Betim. Segundo Le Ven (1987), essas duas greves tiveram uma repercussão política extremamente educativa porque abriram o caminho para o movimento grevista de

1979, que vai retomar as mesmas pautas de reivindicações: aumento salarial, melhorias das condições de trabalho e maior representatividade nos locais de trabalho.

Le Ven (1987) destaca alguns pontos do movimento grevista mineiro de 1979, a saber: o caráter de massa e a organização espontânea dos trabalhadores que se inicia a partir de uma identidade com o trabalho.

As lutas se dão a partir das condições reais e objetivas da vida do trabalho e da cidade, que são percebidas como objeto de exploração. Elas nascem dos próprios trabalhadores, e não somente do clima de abertura política ou da crise que se anuncia. É afirmada a identidade de classe em geral e, mais ainda, da categoria ou da fábrica, significando que a luta econômica e sobre o trabalho é fundamento do movimento e não alguma direção político-partidária. A organização do movimento depende dos trabalhadores, com ou sem os seus sindicatos, conforme seu grau de identificação com a classe. Essa organização se dá na forma de assembléia e de comissão. Enfim, o movimento operário é político, porque realiza o reencontro da fábrica (ou local de trabalho) com a política (negociação, pressão, lutas e acordos, e não mais simples aplicação de reajustes), porque dá um novo conteúdo à política, como sendo as condições concretas de vida, e, enfim, porque contesta o Estado autoritário que se arrogava o direito de controlar todo o social. (LeVen, 1987, p.35).

Durante o ano de 1979, aproximadamente 400.000 trabalhadores mineiros participaram de greves, a saber: metalúrgicos e siderúrgicos, motoristas e trocadores de ônibus, comerciários, funcionários de hospitais, bancários, professores públicos, estudantes universitários e da construção civil.

O tema que aqui nos interessa mais de perto é a greve que os operários da construção civil de Belo Horizonte realizaram entre o dia 30 de julho e 03 de agosto de 1979. Le Ven (1987) comenta sobre o "ímpeto e clareza" dos objetivos da categoria, não reconhecidos, segundo ele, pelo sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção civil. No decorrer daquela semana,

Os "peões" tomaram conta da cidade, sob os olhares escandalizados das outras classes e da imprensa falada, que já falava em "Nicarágua".³ Foi também histórica, porque, pela primeira vez, surgiu o embrião da Central dos Trabalhadores, com a coordenação do "Lula", na confusão geral estabelecida por vários segmentos de uma sociedade que, de repente, descobrira que existiam trabalhadores com direitos e dignidade (Le Ven, 1987, p.34).

AS VISITAS AO SINDICATO

Quando visitei pela primeira vez a sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil da cidade de Belo Horizonte, o presidente e um dos diretores me relataram algumas mudanças que a entidade classista sofrera na gestão deles: melhorias no espaço físico e nos serviços médico e jurídico; criação de uma escola de alfabetização para os sócios; ganhos salariais e conquistas trabalhistas, frutos de acordos coletivos. Observei que, ao enumerarem as modificações, ambos se referiram, como contraponto, ao comando do antigo presidente Francisco Pizarro⁴, que deixou o cargo em 1988, depois de 23 anos na presidência. Osmir Venuto é o atual presidente do sindicato. Assumiu o cargo em 1988. Zé Maria é um dos diretores e também está na entidade desde 1988.

Osmir e Zé Maria estavam entre os milhares de manifestantes que realizaram a greve da categoria no ano de 1979, em Belo Horizonte. Um pouco antes da greve, por divergências com o então presidente Pizarro, eles haviam se desligado do sindicato. Após a manifestação grevista, os dois fizeram parte do grupo de trabalhadores que se articularam no sentido de construir uma chapa de oposição à gestão de Pizarro. Este, contudo, foi reeleito por mais três mandatos até que, em 1988, a oposição invadiu e ocupou o prédio do sindicato. Osmir conta como foi:

Quando assumimos o sindicato em 1988, nós ocupamos o sindicato, tinha 90 sócios (...). Foi uma sorte que nós demos de ver aquele artigo oitavo da constituição⁵ e a gente também não tinha conhecimento de nada. Então tinha um companheiro nosso que viu e disse que o Pizarro tá irregular lá. Vamos ocupar o sindicato (...). Aí, quando foi 30 de outubro, 30 de novembro, nós retomamos o sindicato, nós invadimos o sindicato. Quem tava fora não entrava, quem tava dentro não saía (...). Eu queria mudar o sindicato. (...) Aí, eu e um grupo de 180 companheiros reunidos ocupamos e ficamos aqui dentro e expulsamos ele (Pizarro) até nunca mais aparecer. (Entrevista ao autor/ JUN-2004).

Pizarro nunca mais voltou ao sindicato. Sobre sua longa gestão, os relatos orais de Osmir e Zé Maria se assemelham. Para os entrevistados, o sindicato não era atuante, não visitava os canteiros de obras, não explicava os índices de aumento nem lutava por benefícios sociais. "A gente conhecia o sindicato na hora do imposto sindical, que iam cobrar da gente", diz Osmir.

Uma das críticas mais destacadas pelos entrevistados foi no que se refere aos acordos coletivos. Recordando-se deles, Zé Maria conta:

Os acordo era feito entre o presidente e os empresários, sem participação nenhuma de trabalhador. Ele não te informa quanto você queria, ele não colhia proposta de nenhum trabalhador não. Era ele e mais ele, entendeu!? Então, era uma situação muito difícil. A gente vinha conversar com ele e não conseguia. (Entrevista ao autor/ JUN-2004).

Um outro aspecto sublinhado pelos entrevistados disse respeito à proibição de circulação dos trabalhadores pela sede do sindicato. "Na época, não podia estar no sindicato, não podia entrar, tinha segurança na porta, ninguém conversava com o presidente. Ele era tido com autoridade mesmo", relata Osmir. Além disso, mencionaram que os serviços médico e jurídico oferecidos eram ruins.

As críticas ao ex-presidente são mais contundentes quando questiono sobre a atuação do sindicato na greve de 1979. Zé Maria, recordando-se da participação do sindicato, conta que o movimento foi "mal organizado" (...) *tinha tanta safadeza naquele movimento*".

Mais adiante, ele conclui:

"Se naquela época tivesse comando igual hoje tem, nós conseguia tudo (...) Nós não pedimos praticamente nada. Somente pedimos salário. E nem esse salário nós conseguimos" (Entrevista ao autor/ JUN-2004).

Sobre a atuação sindical na manifestação grevista, Osmir lembra o seguinte:

Na verdade a gente acha que aquilo foi um movimento histórico do trabalhador da construção civil. Nós tínhamos condições de dar uma virada naquilo ali se tivesse assembléia com os trabalhadores, a gente tinha condição de dar uma virada porque tava mobilizado, trabalhador tava com fome mesmo (...) Se o sindicato fosse atuante, formador de opinião, tinha condição de ter dado um golpe ali em 69...em 79.(Entrevista ao autor/ JUN-2004)

É importante destacar aqui a posição que hoje ocupam os entrevistados ao evocarem as práticas sindicais de Pizarro, particularmente na condução da greve. Ao sublinharem negativamente a antiga gestão, via de regra, valorizaram as práticas atuais que estão sob comando deles. Neste sentido, penso que o trabalho de memória dos entrevistados está delimitado pelos "quadros sociais da memória", noção formulada por Maurice Halbwachs. Este pensava a memória como uma construção coletiva exercida aqui e agora pelos indivíduos. A memória, portanto, seria um trabalho coletivo, uma tarefa não individual, mas social. Como assinalou Ecléa Bosi, ao comentar a obra de Halbwachs, "se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar"⁶.

Envolvidos pela veste de dirigentes da categoria da construção civil, eles reconstróem oralmente o seu passado grevista e a gestão que lhes antecedeu. Como assinalei acima, a delimitação das diferenças entre as duas administrações, não raro, se dava no sentido de

valorizar as práticas e concepções sindicais atuais. Antes, se os operários não tinha acesso pleno às dependências do sindicato, não eram informados das negociações coletivas nem se aproximavam do então presidente; hoje, ao contrário, o sindicato é concebido como uma instituição dos trabalhadores da construção civil, quer dizer, um órgão direcionado para a organização e mobilização da categoria contra a exploração patronal e do Estado. A participação dos trabalhadores nas discussões salariais é franqueada e os diretores visitam constantemente os canteiros de obras a fim de verificar alguma irregularidade⁷. Em suma, contra o distanciamento entre os operários e seu órgão de classe, que outrora ocorria, temos, segundo o atual presidente, “a democratização da entidade”.

Assim, a greve deflagrada em 1979, a meu ver, cumpriria um papel importante no processo de mudanças assinaladas acima. Embora o movimento não tivesse efetivamente resultados em ganhos materiais para categoria⁸, ela permitiu, entre outros aspectos, a articulação entre os operários descontentes com atuação do seu sindicato, visando a construção de uma alternativa política àquela situação. Do ponto de vista político, o ano de 1979 não permitia tamanha mudança nas relações de força no sindicato. As entidades sindicais brasileiras ainda estavam sob a órbita da legislação sindical da coalizão civil-militar que assumira o poder em 1964.

Contudo, nove anos após aquele movimento, a chapa oposicionista ocuparia a entidade sindical, expulsando o então presidente. Uma parte daqueles ocupantes permanece na direção do sindicato. Na iminência de uma nova constituição (1988) menos inibidora do que a anterior, o grupo de trabalhadores, que se reunira após 1979, alcançaria seus objetivos.

MEMÓRIA E O ESPAÇO DO SINDICATO

A ocupação do sindicato, segundo os entrevistados, permitiu a emergência de práticas sindicais menos verticais do que as anteriores. Durante as visitas, à medida que eles se referiam às mudanças nas relações entre os sócios, apontavam, ou me conduziam, aos locais do espaço físico que sofreram modificações em relação ao espaço da entidade em 1979: eram as ampliações do salão central, melhorias nos banheiros e construção de novos acessos ao local.

Na entrevista que me concedeu na sua pequena sala, localizada no primeiro andar, Zé Maria relatou sobre os acessos ao prédio quando da gestão Pizarro, afirmando as restrições ao espaço:

Essa janelinha aqui, no caso, pagava a mensalidade. Tinha uma pessoa pra receber aqui. Ninguém tinha acesso por aqui. Ninguém tinha acesso por aqui igual você entrou, certo!? Você entrava por lá, mas por aqui, igual você entrou, você não entrava. Você vinha até onde o Osmir tá. (atual sala da presidência que fica no segundo andar) Só. Aqui dentro você não entrava. Você entrava por aqui. (...) aquele corredor que você passou, você não passava. (entrevista ao autor /JUN - 2004).

A pequena janela continua, mas a porta aonde entravam os sócios foi retirada. Atualmente, existem duas entradas para o sindicato: uma que leva à diretoria e outra ao salão e demais serviços. Assim, penso que as transformações no espaço físico do sindicato têm uma dimensão simbólica, pois confirmariam a luta e a vitória que o grupo do qual fizeram parte os entrevistados, desencadeou contra a antiga gestão.

Pierre Bordieu, no artigo “Efeitos do Lugar” investiga as relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. Para o sociólogo francês, o espaço social se revela nas divisões do espaço físico, assim como este funcionaria como “uma espécie de simbolização espontânea do espaço social”.⁹ O espaço físico, assim, exprime as divisões sociais; é hierarquizado. A posição dos indivíduos na estrutura social se revela “no lugar do espaço físico em que está situado, e pela posição relativa que suas localizações temporárias (...) e, sobretudo permanente (...) ocupam em relação às localizações de outros agentes”.¹⁰

Neste sentido, as modificações do espaço do sindicato guardam relações com a emergência de uma nova ordem no interior da entidade sindical. A ampliação das salas de serviços, do salão

onde se realizam às assembleias, bem como o aumento do número dos acessos ao interior do prédio, revelariam determinadas formas de relacionamento (menos verticais do que as anteriores) entre os sócios.

CONCLUSÃO

Concluindo: devo ter o cuidado de assinalar o caráter provisório dos resultados alcançados. A pequena documentação oral e escrita impede considerações mais amplas. Antes de ser uma conclusão, estas primeiras considerações vão contribuir para a construção de estratégias que me auxiliarão no decorrer da pesquisa.

NOTAS

** Ricardo Cordeiro de Oliveira é aluno do curso de Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO)*

(1) As manifestações do período assinalado são conhecidas pela expressão “novo sindicalismo”. Este movimento manifestava uma intenção de ruptura com as práticas sindicais identificadas como corporativistas, quer dizer, atreladas ao Estado. Em linhas gerais, o “novo sindicalismo” se destacaria pela crítica ao sindicalismo de Estado (órgão assistencialista que aplicava índices oficiais aos reajustes salariais e cuja organização afastava-se das bases), pautando-se pela luta por liberdade e autonomia sindical.

(2) Naquela época ainda estava em vigor o Decreto-Lei nº 4.330, de 1 de junho de 1964, que praticamente proibia manifestações grevistas. Sobre o assunto, ver Leite, Márcia de Paula. O que é Greve. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

(3) Em 17 de julho de 1979, milhares de jovens guerrilheiros colocaram fim, na Nicarágua, no regime ditatorial, capitaneado por Anastasio Somoza Debayle, que há quatro décadas comandava o país. O movimento era inspirado no líder guerrilheiro Augusto César Sandino (1895-1934). Os sandinistas, após a queda de Somoza, tentaram implantar um Estado sob o modelo marxista-leninista de partido único. No entanto, enfrentaram fortes investidas da guerrilha contra-sandinista, financiada pelo governo norte-americano. O regime sandinista acabou em 1990 quando o então presidente Daniel Ortega perdeu a eleição para Violeta Chamorro, líder de uma coalizão partidária anti-sandinista.

(4) De acordo com os entrevistados, Francisco Pizarro era alfaiate e fora nomeado no ano de 1964 interventor no Sindicato dos Operários da Construção Civil. Contudo, numa entrevista concedida no ano de 1992, o próprio Pizarro afirma sua condição de operário da construção civil. Sobre o assunto, ver Freitas, Marina Mônica de. A Rebelião dos Pedreiros: estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Monografia de Bacharelado, Fafich/UfMG, Belo Horizonte, 1993.

(5) Após o golpe civil-militar de 1964, o governo recorreu à CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que “facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nos sindicatos, vetando candidaturas ou destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores”. (Mattos, 2003, p.48) 433 entidades sindicais sofreram intervenções. Lideranças sindicais são afastadas. Os sindicatos se transformam em simples órgãos que aplicavam os índices oficiais aos reajustes salariais. Suas atividades ficam restritas ao nível da assistência jurídica e médico-odontológica. A organização sindical se afastava, assim, do cotidiano do trabalho. Contudo, a Constituição brasileira, promulgada em 1988, colocaria fim no controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. O artigo 8º da constituição, a que se refere o entrevistado, veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(6) Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos de São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.54.

(7) "Assembléia aprova assinatura do acordo coletivo de 2003/2004: fortalecer o sindicato para enfrentar o arrocho"; "Patrão Canalha nega aumento aos trabalhadores"; "Governo Lula – FMI não mudou e nem vai mudar!". São ilustrativas para o que mencionei acima as manchetes do informativo oficial do sindicato. Apud. Marreta, 25/11/2003 e 17/12/2003.

(8) A decisão do TRT-MG (Tribunal Regional do Trabalho) foi inesperada. Considerou a greve legal, determinou um reajuste de 53%(o índice oficial de reajuste salarial para o período havia sido fixado em 44%) e mandou pagar os dias parados. A decisão do Tribunal Regional do Trabalho não atinge completamente as reivindicações dos grevistas. Os pisos salariais dos serventes e oficiais continuavam abaixo do exigido. Entretanto, aproximadamente um mês depois do movimento grevista, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) atende o recurso do sindicato patronal e suspende a decisão do tribunal mineiro.

(9) Bordieu, Pierre. Efeitos do Lugar. In: _____ (coord.). A Miséria do Mundo. 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.160.

(10) Ibidem, p.161.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. O sindicato brasileiro: entre a conservação e a mudança. In: Bernardo Sorj. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANTUNES, Ricardo. Crise e Poder. São Paulo: Cortez, 1986.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BORDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. IN: -----(coord.) A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.) Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-85. In: Malori J. Pompermayer (org). Movimentos sociais em Minas Gerais: Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1987.

LEITE, Márcia de Paula. O Que é Greve: São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988

MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo/ Rio de Janeiro: Boitempo/ UNIRIO, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003.

Artigos e Teses

FREITAS, Marina Mônica de. A rebelião dos pedreiros: estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado do Departamento de História da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. IN: Revista História Oral, 3, 2000, p. 35-47.

-----, MALTA, Regina. "Trabalhadores do Brasil" e "Peões": passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. IN: Revista Tempo. Rio de Janeiro, 7, 1999, p. 99-127.